A look at the present state of the Portuguese technical and scientific activity in Gynecology and Obstetrics

João Bernardes*

O mais recente relatório sobre a natalidade, mortalidade infantil, fetal e perinatal, em Portugal, publicado pela Direção-Geral da Saúde, e referente aos anos 2010/2014, mostra que mantemos excelentes resultados nos principais indicadores de saúde materno-infantil, apesar da profunda crise por que o país passa, associada a uma grave e persistente queda da natalidade (a taxa de natalidade aumentou ligeiramente, porque se registou uma diminuição da população, mas o número absoluto de nascimentos diminuiu)[1] . Estes indicadores não me surpreenderam, atendendo a que a organização geral da assistência materno-infantil do país, tanto em termos de acessibilidade aos serviços de saúde, como de recursos humanos, equipamentos e instalações, não mudou significativamente, o mesmo tendo acontecido com os programas de formação de especialistas.

No entanto, comenta-se com frequência que, em Portugal, os bons sinais dados pelos indicadores de saúde nem sempre se acompanham do mesmo nível de inovação e de evolução técnica e científica.

O índice do número de Dezembro da AOGP é mais um índice onde aparecem trabalhos que atestam a boa evolução técnica da Ginecologia e Obstetrícia Portuguesa, evidenciando experiências consolidadas que vão da cirurgia laparoscópica avançada ao diagnóstico pré-natal. Vamo-nos apercebendo, no quotidiano hospitalar, das dificuldades, ou mesmo impossibilidades, de renovação de equipamentos, associadas a uma sensação de que nos estamos a afastar, a este nível, dos países mais ricos, mas, ainda assim, vamos evidenciando boas capacidade de execução técnica.

Contudo, é ainda rara a publicação na AOGP de ensaios clínicos aleatorizados, estudos de coorte e estudos de ciências básicas com potencial de inovação e translação. Este aspeto melhorará certamente quando a revista for indexada às principais bases de dados e passar a ter factor de impacto. Na verdade, os tipos de trabalhos referidos já se vão realizando, na nossa especialidade, em Portugal, ainda que de forma nem sempre visível, a nível nacional, dado terem como principal alvo de publicação as revistas internacionais indexadas com factor de impacto.

A produção científica, no âmbito da nossa especialidade, baseada em indicadores bibliométricos, foi avaliada num excelente artigo publicado em 2009 na AOGP[2]. Esta avaliação, que incluiu todos as publicações, realizadas em Portugal ou no estrangeiro, que tivessem algum tipo de participação de autores portugueses, mostrou boa evolução e números interessantes de produção científica, embora abaixo dos associados a outros países da comunidade europeia. Revisitámos este assunto, com uma breve pesquisa realizada na PubMed, com as palavras [Portugal e (gynecology or obstetrics or maternal or fetal or fetus)], de artigos publicados em língua Inglesa, nos anos 2013 e 2014, incluindo exclusivamente publicações com primeiro ou último autor afiliado a um serviço de Ginecologia e Obstetrícia português. Nesta análise, restritiva e limitada, que apenas nos dá uma ideia muito genérica da nossa atividade científica, não directamente comparável com a análise alargada atrás citada, encontrámos 29 publicações em 2013 e 34 em 2014. Predominaram as publicações de casos clínicos ou séries de casos (n=48), mas também se registaram publicações de estudos de caso-controlo (n=5) e de coorte (n=6), bem como de ensaios clínicos aleatorizados (n=2). A maior parte dos trabalhos está afiliada a unidades hospitalares do Porto (n=26), Lisboa (n=14) e Coimbra (n=9), mas também se registaram publicações provenientes de unidades hospitalares de Braga, Cascais, Faro, Funchal, Guimarães, Loures, Paredes, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Viseu, mostrando que a publicação em revistas indexadas na PubMed já não é exclusiva dos grandes centros.

Na linha do reconhecimento internacional das actividades técnicas e científicas da nossa especialidade, saliento também o recente lançamento mundial das novas normas da FIGO para a monitorização fetal intra-parto, coordenadas por um português[3]. Estas normas merecerão, seguramente, um editorial ou comentário à

*Professor Catedrático, Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Diretor do Departamento da Mulher, do Jovem e da Criança, Hospital Pedro Hispano, Matosinhos.

parte, pela sua importância para a nossa prática clínica, mas sempre direi que não sendo rara a participação de portugueses na elaboração de normas internacionais, nem sempre tal acontece de uma forma tão relevante. Estaremos provavelmente todos de acordo que estes são também sinais inequívocos de reconhecimento internacional pela nossa competência técnica e científica.

Se tivéssemos de escolher apenas uma das vertentes analisadas neste editorial - indicadores de saúde, actividades técnicas ou científicas - creio que todos escolheríamos a dos indicadores, isto é, todos preferiríamos certamente ter boas taxas de mortalidade e morbilidade, a não as ter, a troco de uma medicina técnica e científica de topo. Mas se pudéssemos escolher sem restrições, certamente que todos gostaríamos de estar no topo em todas as vertentes analisadas, tanto mais que todos sabemos quanto interligadas elas estão e quão importante é o desenvolvimento tecnico e científico para que possamos continuar a encarar com confiança a boa evolução que temos tido nos indicadores de saúde.

Apesar de tudo, creio que estamos no bom caminho.

REFERÊNCIAS

1. Natalidade, mortalidade infantil, fetal e perinatal, 2010/2014. Direção de Serviços de Informação e Análise Divisão de Estatísticas da Saúde e Monitorização. Direção-Geral da Saúde, Portugal, 2015.

2. Donato H, Freire de Oliveira C. Avaliação da produção científica portuguesa na àrea da Ginecologia e Obstetrícia baseada em indicadores bibliométricos. AOGP 2009:3;107-114.

3. Ayres de Campos D, Arulkumaran S; FIGO Intrapartum Fetal Monitoring Expert Consensus Panel. FIGO consensus guidelines on intrapartum fetal monitoring: Introduction. Int J Gynaecol Obstet 2015;131(1):3-4.